DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Publicado na Edição de 6 de janeiro de 2025 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

PORTARIA CGRH 43 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024

Portaria da Coordenadora de 03/01/2025

Republicando a Portaria CGRH Nº 43 de 20 de dezembro de 2024, publicada no DOE de 23/12/2024, em virtude da descrição das referências bibliográficas:

Dispõe sobre os referenciais bibliográficos que fundamentam a prova de Promoção, de que tratam os artigos 25 a 27 da Lei Complementar nº 1.144 de 11 de julho de 2011.

A Coordenadora da Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos (CGRH), considerando a necessidade de estabelecer diretrizes para o preparo dos servidores do QAE para o processo de Promoção do ano de 2019, 2021 e 2023, expede a presente Portaria.

Artigo 1º - A promoção dar-se-á mediante a avaliação das competências, entendida como o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que o servidor possui e utiliza nas atividades desenvolvidas no ambiente de trabalho.

Artigo 2º - Para a avaliação das competências dos servidores do QAE de que trata o artigo 1º desta Portaria, serão observados os referenciais bibliográficos, na seguinte conformidade:

I - Agente de Serviços Escolares, de acordo com o Anexo I desta Portaria;

II – Agente de Organização Escolar, de acordo com o Anexo II (Área de Atendimento aos Alunos) ou III (Gestão Estratégica de Pessoas e de Recursos Humanos) desta Portaria;

III - Secretário de Escola, de acordo com o Anexo III (Gestão Estratégica de Pessoas e de Recursos Humanos) desta Portaria.

Parágrafo único – Os Agente de Organização Escolar poderão optar por realizar a prova de promoção, de acordo com os referenciais bibliográficos do Anexo II ou III desta

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Toda legislação e jurisprudência devem ser consideradas com as alterações e atualizações vigentes até a data da publicação do Edital de Abertura de Inscrições. Legislação ou decisões com entrada em vigor após a publicação do Edital de Abertura de Inscrições poderão ser utilizadas, quando supervenientes ou complementares a algum tópico já previsto ou indispensável à avaliação para o cargo. Todos os temas englobam também a legislação que lhes é pertinente, ainda que não expressa no conteúdo programático.

Anexo I

Agente de Serviços Escolares

Referenciais bibliográficos

I - CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa: Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários).

Matemática: Resolução de situações-problema, envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão. Porcentagem; Razão e proporção; Regra de três simples ou composta.

II - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Artigo 208. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 9 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Título I e Título II: Capítulo I; Capítulo IV: artigos 53 a 59; Capítulo V: artigos 60 a 69. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 9 set. 2024.

BRASIL **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Livro I – Título I – Capítulo I (Disposições Gerais); Livro I – Título II – Capítulo IV (Do Direito à Educação). Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm Acesso em: 14 out. 2024.

CAMARGO, Carolina. Bullying: O que é Bullying. **Bully: no Bullying**. Campinas, 2009. Disponível em: http://bullynobullying.blogspot.com.br/p/bullying.html Acesso em: 9 set. 2024.

MONLEVADE, João. Funcionários das Escolas Públicas: Educadores Profissionais ou Servidores Descartáveis? Brasília, 1995, 3ª edição, 2001. Disponível em: https://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_social/formacao_pedagogica/240912_form_pedag_funcionariosdeescolas.pdf Acesso em: 20 dez. 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968**. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado. Título VI: Capítulo I, Seção I: artigo 241; Seção II: artigos 242, 243, 244; Capítulo II: artigos 245 a 250. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1968/alteracao-lei-10261-28.10.1968.html Acesso em: 9 set. 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Constituição Estadual, de 05 de outubro de 1989**. Título VII: Capítulo III, Seção I: artigos 237 a 258; Capítulo VII, Seção I: artigos 277 a 281. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/constituicao/1989/compilacao-constituicao-0-05.10.1989.html Acesso em: 9 set. 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Lei Complementar nº 1.144, de 11 de julho de 2011**. Institui Plano de Cargos, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro de Apoio Escolar, da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2011/lei.complementar-1144-11.07.2011.html Acesso em: 9 set. 2024.

Anexo II

Agente de Organização Escolar - Área de Atendimento aos Alunos

Referenciais bibliográficos

I- CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa: Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários). Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. Pontuação. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Colocação pronominal. Crase.

Matemática: Resolução de situações-problema, envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão. Porcentagem; Razão e proporção; Regra de três simples ou composta

potenciação ou radiciação com números racionais, nas suas representações fracionária ou decimal; Mínimo múltiplo comum; Máximo divisor comum; Porcentagem; Razão e proporção; Regra de três simples ou composta.

Noções de Informática Básica: Pacote Office 365 (Word, Excel, Power Point, Outlook, Microsoft Teams).

II- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Conversando sobre violência e convivência nas escolas**. Rio de Janeiro: FLACSO - Brasil, OEI, MEC, 2012. Disponível em: http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/conversando_sobre_violencia.pdf . Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Artigo 208. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 9 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Título I e Título II: Capítulo I; Capítulo IV: artigos 53 a 59; Capítulo V: artigos 60 a 69. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 9 set. 2024.

BRASIL **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Livro I – Título I – Capítulo I (Disposições Gerais); Livro I – Título II – Capítulo IV (Do Direito à Educação). Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm Acesso em: 14 out. 2024.

CAMARGO, Carolina. Bullying: O que é Bullying. **Bully: no Bullying**. Campinas, 2009. Disponível em: http://bullynobullying.blogspot.com.br/p/bullying.html Acesso em: 9 set. 2024.

IAVELBERG, Catarina. O papel do monitor, inspetor ou bedel na formação dos alunos. **Gestão Escolar**, 1 mar. 2011. Disponível em: https://gestaoescolar.org.br/conteudo/523/o-papel-do-monitor-inspetor-ou-bedel-na-formacao-dos-alunos Acesso em: 9 set. 2024.

MONLEVADE, João. Funcionários das Escolas Públicas: Educadores Profissionais ou Servidores Descartáveis? Brasília, 1995, 3ª edição, 2001. Disponível em: https://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_social/formacao_pedagogica/240912_form_pedag_funcionariosdeescolas.pdf Acesso em: 20 dez. 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968**. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado. Título VI: Capítulo I, Seção I: artigo 241; Seção II: artigos 242, 243, 244; Capítulo II: artigos 245 a 250. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1968/alteracao-lei-10261-28.10.1968.html Acesso em: 9 set. 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Constituição Estadual, de 05 de outubro de 1989**. Título VII: Capítulo III, Seção I: artigos 237 a 258; Capítulo VII, Seção I: artigos 277 a 281. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/constituicao/1989/compilacao-constituicao-0-05.10.1989.html Acesso em: 9 set. 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Lei Complementar nº 1.374, de 30 de março de 2022** (atualizada). Institui Planos de Carreira e Remuneração para os Professores de Ensino Fundamental e Médio, para os Diretores Escolares e para os Supervisores Educacionais da Secretaria da Educação [...] e dá providências correlatas. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2022/lei.complementar-1374-30.03.2022.html Acesso em: 9 set. 2024.

Anexo III – Agente de Organização Escolar e Secretário de Escola – Gestão Estratégica de Pessoas e de Recursos Humanos

Referenciais bibliográficos

I - CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa: Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários). Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. Pontuação. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Colocação pronominal. Crase.

Matemática: Resolução de situações-problema, envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão. Porcentagem; Razão e proporção; Regra de três simples ou composta

potenciação ou radiciação com números racionais, nas suas representações fracionária ou decimal; Mínimo múltiplo comum; Máximo divisor comum; Porcentagem; Razão e proporção; Regra de três simples ou composta.

Noções de Informática Básica: Pacote Office 365 (Word, Excel, Power Point, Outlook, Microsoft Teams).

II - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ABRAMOVAY, Miriam et al. Conversando sobre violência e convivência nas escolas. Rio de Janeiro: FLACSO - Brasil, OEI, MEC, 2012. Disponível em: http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/conversando_sobre_violencia.pdf. Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Capítulo VII: artigos 37 e 38; Seção II: artigos 39, 40 e 41; Capítulo III - Seção I: artigos 205 a 214. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 9 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Título I e Título II: Capítulo I; Capítulo IV: artigos 53 a 59; Capítulo V: artigos 60 a 69. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 9 set. 2024.

BRASIL **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Livro I – Título I – Capítulo I (Disposições Gerais); Livro I – Título II – Capítulo IV (Do Direito à Educação). Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm Acesso em: 14 out. 2024.

CAMARGO, Carolina. Bullying: O que é Bullying. **Bully: no Bullying**. Campinas, 2009. Disponível em: http://bullynobullying.blogspot.com.br/p/bullying.html Acesso em: 9 set. 2024.

GADOTTI, Moacir. **Gestão democrática com participação popular no planejamento e na organização educacional**. Disponível em: https://www.jaciara.mt.gov.br/arquivos/anexos/05062013105125.pdf Acesso em: 9 set. 2024.

MONLEVADE, João. Funcionários das Escolas Públicas: Educadores Profissionais ou Servidores Descartáveis? Brasília, 1995, 3ª edição, 2001. Disponível em: https://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_social/formacao_pedagogica/240912_form_pedag_funcionariosdeescolas.pdf Acesso em: 20 dez. 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968**. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1968/alteracao-lei-10261-28.10.1968.html Acesso em: 9 set. 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Constituição Estadual, de 05 de outubro de 1989**. Título VII: Capítulo III, Seção I: artigos 237 a 258; Capítulo VII, Seção I: artigos 277 a 281. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/constituicao/1989/compilacao-constituicao-0-05.10.1989.html Acesso em: 9 set. 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 52.054, de 14 de agosto de 2007.** Dispõe sobre o horário de trabalho e registro de ponto dos servidores públicos estaduais da Administração Direta e das

Autarquias, consolida a legislação relativa às entradas e saídas no serviço.

Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2007/decreto-52054-14.08.2007.html Acesso em: 9 set. 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Lei Complementar nº 1.041, de 14 de abril de 2008**. Dispõe sobre vencimento, remuneração ou salário do servidor que deixar de comparecer ao expediente em virtude de consulta ou seção de tratamento de saúde. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2008/lei.complementar-1041-14.04.2008.html Acesso em: 9 set. 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Lei Complementar nº 1.054, de 07 de julho de 2008.** Amplia os períodos da licença à gestante, da licença paternidade e da licença por adoção. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2008/lei.complementar-1054-07.07.2008.html Acesso em: 9 set. 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Lei Complementar nº 1.374, de 30 de março de 2022** (atualizada). Institui Planos de Carreira e Remuneração para os Professores de Ensino Fundamental e Médio, para os Diretores Escolares e para os Supervisores Educacionais da Secretaria da Educação [...] e dá providências correlatas. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2022/lei.complementar-1374-30.03.2022.html Acesso em: 9 set. 2024.